

ARTIGO

# Dimensão educativa, Covid-19 e Serviço Social: desafios contemporâneos

Educational dimension, COVID-19 and social work: contemporary challenges

Rafael Gonçalves dos Santos\*  
Maria Cristina Piana\*\*

**Resumo** – O presente artigo realiza um breve estudo bibliográfico, com o objetivo de estimular o debate e a construção do conhecimento sobre o trabalho profissional do/a assistente social e da sua relação com a dimensão educativa, com vistas à construção de uma nova sociabilidade frente aos desafios acentuados pelo contexto da pandemia da Covid-19. A partir do aporte do referencial crítico e crítico-dialético, o presente estudo fornece subsídios teóricos para analisar se assistentes sociais podem ser considerados/as intelectuais orgânicos, segundo a perspectiva gramsciana, e se as suas competências e atribuições profissionais apresentam um papel educativo no interior dos diversos espaços sócio ocupacionais em que atuam. **Palavras-chave:** dimensão educativa; trabalho profissional; Covid-19; ideologia neoliberal.

**Abstract** – This article carries out a brief bibliographic study, with the objective of stimulating debate and the construction of knowledge about the professional work of the social worker and its relationship with the

\*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Franca, SP, Brasil. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3096-7223>.

\*\* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Franca, SP, Brasil. E-mail: crispiana@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4530-9541>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72464

Recebido em 02 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 21 de novembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

educational dimension, with a view to building a new sociability in the face of the challenges accentuated by the context of the Covid-19 pandemic. From the contribution of the critical and critical-dialectical framework, the present study provides theoretical subsidies to analyze whether social workers can be considered organic intellectuals, according to the Gramscian perspective, and if their competences and professional attributions have an educational role in the interior. of the different socio-occupational spaces in which they work.

**Keywords:** Educational Dimension. Professional Work. Covid-19. Neo-liberal Ideology.

### Introdução

A presente reflexão teórica tem como objetivo contribuir para o debate sobre o trabalho profissional de assistentes sociais e de sua relação direta com a dimensão educativa, na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade livre de exploração por raça/etnia, classe social, gênero e sexualidade. Nesse sentido, por meio do aporte do referencial crítico e crítico-dialético, os estudos aqui propostos estimulam o debate sobre a educação popular de inspiração freireana enquanto campo central de mediação histórica para a construção de uma nova consciência, de uma nova sociedade e para o processo de formação humana.

A partir das contribuições do pensamento gramsciano para o serviço social, as análises apresentadas pelo presente estudo bibliográfico constituem referência indispensável para a apreensão das relações entre a política e a cultura, com ênfase na dimensão educativa do/a assistente social, de modo a compreender se estes/as assumem o papel de intelectuais orgânicos em oposição à hegemonia do capital. Cabe ressaltar que os intelectuais podem ser interpretados enquanto categoria indispensável que contribui para o processo de formação de um novo pensamento, uma nova mentalidade, uma nova cultura e educação. Esta categoria também está presente nos estudos de Gramsci, em todos os seus planos elaborados para os escritos pré-cárcere e carcerários. Nesse sentido, as suas análises permitem ampliar o conceito de práticas pedagógicas, presentes no interior dos processos de lutas de classes, articuladas à questão de hegemonia (JACINTO, 2017).

Isso posto, o projeto contra-hegemônico defendido pela categoria profissional apresenta um importante papel pedagógico no processo de enfrentamento das relações de exploração agudizadas pelo capital e pelas condições de subalternidade com vistas ao alcance de uma nova ordem social.

Este esboço também analisa os principais desafios intensificados pelo contexto da crise sanitária da pandemia da Covid-19 e de suas consequências no âmbito do trabalho profissional de assistentes sociais enquanto intelectuais orgânicos que atuam tanto nos espaços sócio-ocupacionais de intervenção, quanto no campo das competências e atribuições da profissão em Serviço Social. Ao mesmo tempo, também é preciso elucidar as principais

contradições e adversidades que atingem diretamente a categoria trabalho enquanto eixo estruturador da vida e do processo de produção e reprodução social ante a mercantilização das relações sociais acentuadas pela política neoliberal ultraradical que assola o cenário contemporâneo.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2003, p. 17).

Destarte, o tempo presente tem sido alvo de ataques frontais provocados pelo ideário neoconservador e neofascista, que assegura o avanço da extrema direita e que defende o obscurantismo, o negacionismo, a criminalização dos movimentos sociais, além da necropolítica, ao colocar a economia do mercado e a sua eficácia acima de vidas humanas. Não obstante, em oposição a esse movimento de extrema direita, a dimensão educativa apresenta, no interior do trabalho profissional de assistentes sociais, a perspectiva revolucionária de transformar resistências isoladas em movimentos articulados de defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais historicamente conquistados.

### **Análise histórica da relação entre a dimensão educativa e o exercício profissional de assistentes sociais**

A retomada do debate sobre a educação popular enquanto estratégia de ação e de formação para o exercício profissional de assistentes sociais se torna indispensável no processo de mobilização e de conscientização dos sujeitos sociais no cenário contemporâneo. Neste espaço de debate, a educação popular é apreendida como um importante paradigma educativo sistematizado pelo nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

A dimensão educativa também encontra-se fortemente ameaçada na realidade contemporânea, somada a uma complexa crise de ordem econômica, política, social, ambiental e sanitária, que se intensifica com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e cujos reflexos atingem diretamente as condições de vida, de bem-estar e de trabalho da classe trabalhadora e das classes subalternas do país. Nesse sentido, tais determinações contraditórias são sustentadas pelas sucessivas contrarreformas do Estado e pela redução de sua responsabilidade pública na garantia de políticas sociais amplas e efetivas.

De acordo com Aline Maria Batista Machado (2013), o trabalho desenvolvido com comunidades, em organizações não governamentais (ONGs), além da articulação da mobilização popular, encontra-se presente no campo de intervenção profissional de assistentes sociais, que começam a

se aproximar da dimensão educativa freireana a partir do Movimento de Re-conceituação Latino-Americano (1965-1975). Esse movimento, somado às lutas históricas reafirmadas pelo Congresso da Virada de 1979, permitiu o rompimento com as influências do imperialismo do sistema capitalista e do serviço social tradicional.

Conforme analisado por Faleiros (2005), ancorado ao pensamento freireano, torna-se indispensável levar em consideração a cultura, os valores e os costumes de um povo em qualquer processo de mudança, de modo a construir um diálogo problematizador. Dessa forma, este pensamento permanece no âmbito de atuação profissional, ocupando diversos espaços coletivos e segmentos organizados da sociedade civil.

No processo de renovação profissional, observa-se que as ideias freireanas foram incorporadas no interior das formulações do denominado Método Belo Horizonte (1972-1975), popularmente conhecido como Método BH, enquanto alternativa ao tradicionalismo no processo de intenção de ruptura. No início da década de 1980, a relação entre o Serviço Social e a perspectiva de educação popular mantém-se contínua, agora enfrentando as ações repressivas e autoritárias da ditadura civil-militar-empresarial.

Em junho de 1986, período posterior à ditadura civil-militar-empresarial no Brasil, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), hoje conhecida como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), realizou, juntamente com as entidades representativas da categoria profissional, o Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social na cidade de Salvador (BA). Por um lado, o seminário apresentou questões de ordem econômica, social, política e cultural da América Latina, sinalizando as principais perspectivas históricas no Brasil e no continente. Por outro, contribuiu significativamente para a reafirmação do papel dos movimentos sociais e da educação popular. Essa articulação tornou-se imprescindível à prática contraditória dos/as profissionais em Serviço Social no contexto latino-americano, no esforço articulado para consolidar uma relação orgânica em defesa da construção de um projeto popular alternativo.

Todo esse debate esteve presente ao longo do contexto sócio-histórico, principalmente a partir do processo de implantação e de expansão de políticas neoliberais em 1990, fazendo com que a perspectiva de luta em defesa dos direitos, estimulada pela dimensão educativa e defendida pela profissão em Serviço Social, passasse a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social, conceito este que precisa ser analisado enquanto principal campo de mediação histórica da política social, assegurada por meio do papel do Estado.

O debate acerca da construção de uma identidade cultural e a busca pela democratização da cultura possibilitaram o surgimento de um movimento popular que, posteriormente, contribuiria para a expansão da educação popular por meio do movimento das entidades estudantis, pelas

iniciativas da Igreja Católica, além da organização dos grupos formados por profissionais liberais.

Nessa perspectiva, situar o movimento de expressão da educação popular na realidade contemporânea é indispensável para identificar os outros modelos de educação que foram denominadas como populares, mas que eram, na verdade, populistas. Embora estivessem direcionados para o atendimento das classes populares urbanas, esses modelos de educação implantados não garantiam a emancipação da camadas populares urbanas, mas tão somente a reprodução e a manutenção da ideologia dominante, de modo a manter o controle sobre a ordem social, imersa ao manto ideológico que veda a razão de ser dos fatos em sua totalidade.

Ao recuperar a contribuição do pensamento de Gramsci para o Serviço Social por meio da apreensão da articulação entre a política e a cultura, é notório que tais relações encontram-se presentes no debate sobre a dimensão educativa, organizado enquanto uma das principais mediações capazes de contribuir para a formação de uma consciência crítica, elucidando o seu potencial transformador. Segundo Adriana Giaqueto Jacinto (2017), a concepção de Gramsci sobre educação vai além da escolar; ela abrange todos os processos que envolvem a formação da consciência. A educação pode ser apreendida como práxis revolucionária, que estimula as classes subalternas para que assumam a consciência da própria história e sejam protagonistas de sua emancipação. Assim, surge como primeiro desafio compreender se os/as assistentes sociais assumem, segundo a concepção gramsciana, o papel de intelectuais orgânicos e se estes/as podem ser considerados/as educadores/as.

Historicamente, a profissão em serviço social tem a sua gênese imersa no dilema de servir à classe dominante, cujas ações eram direcionadas para amenizar os conflitos e gerenciar a pobreza. Uma vez inserida na divisão social e técnica do trabalho, a categoria profissional se depara com as condições de um trabalho alienado, assalariado, estranhado, além de lidar com poucos recursos destinados ao financiamento de políticas públicas, principalmente políticas educacionais, uma vez que são reduzidas a políticas sociais pontuais, focalizadas e precárias. Não obstante, um dos principais desafios impostos à categoria profissional diz respeito à própria conjuntura social, que se encontra imersa na atual crise sanitária e cujas determinações contraditórias e reacionárias são intensificadas pela ideologia neoliberal que rege a sociedade.

Logo, torna-se indispensável situar a categoria profissional no interior do debate sobre a dimensão educativa e de seu papel político, de modo a analisar o movimento do exercício profissional no campo do trabalho na sociedade capitalista e da conseqüente desresponsabilização do papel do Estado no atendimento às expressões da questão social.

Também é necessário compreender que a dimensão educativa possui um papel fundante na identidade da profissão em serviço social, cujo

trabalho encontra-se situado no campo político-ideológico. Por sua vez, as influências da ideologia dominante, o protagonismo dos movimentos sociais e a luta pela defesa dos direitos sociais encontram-se ameaçados a partir do aprofundamento das desigualdades sociais e das relações de subalternidade. Tais contradições, ao se tornarem presentes no campo de atuação profissional de assistentes sociais, exigem a formação de um diálogo problematizador, capaz de potencializar a organização e a mobilização dos sujeitos na conquista de seus direitos fundamentais, de modo a refletir sobre as ações anticapitalistas e sobre seu poder de persuasão.

A legitimidade profissional do/a assistente social deve atuar em favor dos interesses e da participação da classe trabalhadora neste processo mobilizador. O processo participativo também é um processo educativo, capaz de organizar a classe trabalhadora na construção de sua hegemonia, cuja dimensão educativa encontra-se articulada à perspectiva coletiva, ou seja, à perspectiva de classe social. Conforme elucidado por Cardoso e Maciel (2000, p.144), tais ações apresentam uma dupla dimensão: o conhecimento crítico sobre a realidade e os seus recursos institucionais e a mobilização em defesa de seus direitos, articulada pelos sujeitos e pelas suas manifestações coletivas (*apud* JACINTO, 2017).

Diante da hegemonia burguesa, o/a assistente social, enquanto intelectual orgânico, se insere diretamente nesta realidade contraditória, buscando de maneira articulada traçar direções sociais emancipatórias para a promoção da consciência social. Com base no pensamento gramsciano, a hegemonia assume um papel pedagógico, enquanto processo de constituição ideológica das classes subalternas, que se realiza tanto para afirmar a sua direção de classe, quanto para ultrapassar a sua condição de subalternidade, a fim de alcançar uma nova ordem social. Ao mesmo tempo, o movimento da dimensão política vincula-se à dimensão educativa, desafiando as influências dos determinismos econômicos, ao mesmo tempo em que os transforma em formas para se alcançar a liberdade e para consolidar uma nova forma ético-política de vida por meio da vontade coletiva dos sujeitos históricos. Nesse sentido,

são necessárias ações que venham fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora e, portanto, as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las. Isso passa por um processo de conscientização. Trata-se de estabelecer uma aliança comprometida em apoiar as lutas e reivindicações das camadas populares, tentando contribuir para sua mobilização, para a ampliação de sua participação e de seu fortalecimento enquanto grupo organizado. (JACINTO, 2017, p. 82).

A partir dessas considerações, vale ressaltar que a função pedagógica, no interior do processo de institucionalização do Serviço Social na

Europa e nos Estados Unidos na primeira metade do século XXI, encontra-se vinculada diretamente à própria organização da cultura dominante, que reduz as expressões da questão social a fenômenos morais, religiosos, individuais e psicológicos.

O processo de reorganização da categoria profissional em bases técnico-científicas de mediação no enfrentamento da questão social e do controle social exercido pelo capital sobre a classe trabalhadora possibilitou a identificação do marco do desenvolvimento da função pedagógica do/a assistente social em contraposição à perspectiva de reforma moral e de reintegração social, responsáveis por transformar a própria concepção da categoria pobreza e contribuir com o movimento de refilantropização da questão social. Consequentemente, inaugura-se um processo de individualização da vida social, que passa a ser situada como um problema isolado, acompanhado pela segmentação, despolitização e refilantropização da questão social. Além disso, também é acompanhado da implantação de políticas sociais setoriais incapazes de construir um projeto de sociedade fundado em valores democráticos e emancipatórios.

Desse modo, relacionar a dimensão educativa presente no exercício profissional de assistentes sociais também exige compreender que a pobreza e a reprodução das desigualdades sociais precisam ser interpretadas enquanto uma dimensão multidimensional. Não estão somente restritas a privações materiais, mas presentes nas esferas relacionais e culturais que interferem diretamente na reprodução social da classe trabalhadora e das diversas esferas da vida social.

Nessa perspectiva, tanto no âmbito das relações de produção e reprodução capitalista quanto na esfera da vida social, observa-se que as desigualdades eram compreendidas enquanto condição inerente à pessoa humana. Abria-se, portanto, espaço para a ampliação da racionalidade taylorista no que diz respeito ao fetichismo das relações mercantis, que acabam por atingir diretamente a função pedagógica do/a assistente social, conferindo-lhe um caráter autoritário-moralista e mistificador das relações sociais.

Assim, a partir do aporte da perspectiva de totalidade, é possível observar que a gênese e o significado da questão social foram desistoricizados, desassociados dos seus determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais. Além disso, as medidas adotadas para o seu enfrentamento encontram-se reféns da pedagogia autoritária da política neoliberal ultraradical.

### **Trabalho profissional e dimensão educativa: desafios impostos pela crise sanitária da Covid-19**

A partir das reflexões realizadas acerca da emergência e do papel da dimensão educativa enquanto estratégia de ação e de formação para o exercício profissional, faz-se necessário analisar, neste segundo momento,

os desafios e impasses impostos pelo contexto da crise sanitária da pandemia da Covid-19. Deve-se, também, observar os seus principais impactos no âmbito do trabalho profissional de assistentes sociais enquanto intelectuais orgânicos, tanto nos espaços sócio-ocupacionais de intervenção, quanto no campo das competências e atribuições conferidas à categoria profissional.

Nessa perspectiva, é necessário situar o lugar e o significado que a categoria trabalho assume no âmbito da sociedade capitalista e dos avanços de suas determinações contraditórias. Observa-se que a precarização das condições de trabalho atinge os/as assistentes sociais em dois âmbitos. O primeiro consiste na precarização do trabalho dos/as trabalhadores/as que buscam, no campo do exercício profissional em Serviço Social, respostas às suas necessidades sociais em virtude de não disporem de contratos formais de trabalho, caracterizados por trabalhos intermitentes, desprotegidos pela legislação trabalhista, dentre outras consequências. Nesse sentido, estes/as trabalhadores/as precisam ser vistos/as enquanto sujeitos de direitos, isto é, como beneficiários/as de serviços e de políticas sociais. Já o segundo âmbito da precarização do trabalho atinge diretamente a categoria profissional, uma vez que a profissão encontra-se inserida na divisão sociotécnica do trabalho, assumindo o estatuto de trabalhador/a assalariado/a, que também sofrerá os reflexos da precarização das suas condições objetivas de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais de intervenção profissional.

O sistema capitalista contemporâneo não pode ser apreendido somente como um determinado modo de produção, mas como um sistema que atinge diretamente todas as instâncias da vida social e das relações sociais construídas na sociedade. Segundo as análises de Marx (2009), à medida que o/a trabalhador/a produz riquezas e mercadorias, mais pobre este/a se tornará, transformando-se em uma mercadoria barata. Logo, é preciso compreender que as contradições do sistema capitalista atingem a construção da dimensão educativa no interior do exercício profissional e as condições de vida do/a trabalhador/a que busca, no campo de atuação de assistentes sociais, respostas imediatas às suas demandas e necessidades.

Na sociedade capitalista erigida sobre a sociabilidade das mercadorias produzidas para a troca, o trabalho não pode se realizar como fruição, como realização das capacidades humanas mais elevadas; ao contrário, o próprio trabalho aparece como geral, como relação social, apenas no ato das trocas. Nesse momento, as relações sociais, que sob o capitalismo foram libertadas dos atributos consangüíneos, hereditários e outorgados pela divindade e que saíram pela porta dos fundos quando da revolução burguesa, reaparecerão pela porta da frente porque há uma inevitabilidade de as relações sociais capitalistas aparecerem como relações de trocas, entre coisas e não entre homens livres que produzem e partilham coletivamente da riqueza social. (GRANEMANN, 1999, p. 12-13).

O processo de produção capitalista também corresponde ao processo de produção e reprodução da vida social. No capitalismo, a produção

social produz a relação social entre as pessoas e entre as classes sociais, que personificam determinadas categorias econômicas. Contudo, a complexidade presente no interior do processo de reprodução social só pode ser compreendida criticamente a partir da maneira com que a construção da riqueza material ocorre enquanto eixo fundante para a relação social.

As políticas sociais, que seriam uma resposta do Estado frente à questão social, passam a ser desfinanciadas e colocadas em segundo plano, em detrimento do favorecimento do capital financeiro por meio da apropriação do fundo público pelo capital portador de juros, “de forma a atender às demandas da ordem monopólica, conformando pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora sistemas de consensos variáveis” (NETTO, 2005 *apud* RAICHELIS, 2020, p. 23).

Diante desta premissa, a dimensão educativa apresenta um papel indispensável no âmbito do exercício profissional de assistentes sociais. Isso porque a forma como estes/as profissionais, enquanto intelectuais orgânicos, enxergam a sociedade e o agravamento das expressões da questão social incidirá diretamente sobre o modo como compreendem, interpretam e desenvolvem o seu próprio trabalho profissional na vida cotidiana.

Nessa perspectiva, urge a necessidade de adotar um olhar crítico sobre a realidade social, identificando as principais demandas apresentadas pela população usuária no contexto da pandemia da Covid-19. É o próprio cotidiano, compreendido como espaço onde se realiza a intervenção profissional, que permite pensar na forma como tais demandas chegam até as instituições – imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas – e são analisadas pelos/as assistentes sociais para a construção de respostas interventivas, em oposição ao metabolismo antissocial do sistema capitalista (ANTUNES, 1999).

Outro aspecto a ser elucidado diz respeito à desregulamentação das condições de trabalho a partir do aumento das suas jornadas, pela extensão dos bancos de horas, pelas desregulamentações das leis trabalhistas, dentre outros retrocessos que assolam o mundo do trabalho contemporâneo.

Em tempos de crise econômica, política, social e ambiental, somadas à crise sanitária marcada pela Covid-19, nos deparamos com uma expressiva redução dos postos de trabalho qualificados e com um aumento significativo da competitividade entre os/as trabalhadores/as, reafirmando, assim, as bases do individualismo e da fragilização dos movimentos articulados para a construção de uma consciência política, crítica e popular. Outra tendência com que nos deparamos em relação ao mundo do trabalho corresponde aos chamados trabalhadores/as polivalentes ou multifuncionais, o que resulta na conseqüente desqualificação do trabalho desenvolvido a partir da substituição do ser humano pela máquina.

Mais uma contradição que afeta diretamente o exercício profissional de assistentes sociais é a desespecialização do trabalho por meio da criação de trabalhadores/as multifuncionais. É marcada pela redução do poder e da autonomia do/a trabalhador/a para tomar os seus conhecimentos

enquanto elementos decisivos para desenvolver o seu exercício profissional, além da expansão de uma confusão entre o objetivo do campo ocupacional de trabalho e o próprio trabalho do/a assistente social.

Dessa forma, a realidade brasileira tem sido marcada pelo Estado da morte, isto é, por intervenções de caráter classista, racista e patrimonialista que se apropriam dos mecanismos de coerção e de violência enquanto instrumentos de controle presentes em todas as esferas da sociedade e da formação humana.

Outro aspecto determinante corresponde aos mecanismos estratégicos de construção de um sistema de proteção social amplo e efetivo, capaz de assegurar um conjunto articulado de políticas públicas em defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais historicamente conquistados. Ao mesmo tempo, identifica-se uma relação indissociável entre formação e trabalho, que implicam no exercício profissional e que demandam dos/as assistentes sociais uma leitura crítica e analítica da sociabilidade vigente, além de desvelar uma série de dilemas e de conflitos ao lidar com as requisições e imposições institucionais.

O processo de construção e socialização de conhecimentos também permite refletir acerca da importância das políticas sociais e de suas funções normativas, assim como do papel do fundo público e de sua função política. Um fator importante que carece de atenção pela categoria profissional consiste nas respostas dadas a essas contradições e às demandas que se tornam cada vez mais intensas e complexas no cenário contemporâneo da pandemia da Covid-19, além das ações diretas realizadas por assistentes sociais no atendimento à população usuária.

‘Para fazer frente à magnitude dessa crise, ao contrário do que afirma o discurso neoliberal de retirada ou enfraquecimento do Estado, é indispensável a intervenção ativa e continuada do Estado e do fundo público, financiando a acumulação desenfreada e as altas taxas de lucratividade do capital em detrimento do trabalho’. (RAICHELIS, 2020, p. 22).

Dentre as ações mais demandadas pela população usuária aos/as assistentes sociais em seus diversos campos sócio-ocupacionais de intervenção, é possível identificar as de acolhimento, orientação, acompanhamento, articulação, sistematização de ações, elaboração de documentos técnicos, além da organização política e do controle social.

Conforme previsto pela Lei de Regulamentação da Profissão, n. 8.662, de 7 de junho de 1993, o/a assistente social apresenta diversas competências profissionais (BRASIL, 2012). Isto é, trata-se da capacidade de desenvolver ações de planejamento, organização, controle e avaliação dos serviços, políticas, programas e projetos sociais. Essas competências precisam ser compreendidas em sua multiplicidade e complexidade, assim como da sua capacidade analítica sobre a realidade executiva, ética, política e articuladora

para a construção de ações intersetoriais, políticas públicas educacionais, além de conhecimentos a partir da realização de pesquisas científicas.

Um dos principais desafios vivenciados diante de uma realidade marcada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) diz respeito ao desfinanciamento das políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social), da política de educação e do sistema de justiça. Isso ocorre principalmente a partir da implantação da Emenda Constitucional n. 95, de 2016, que congela por vinte anos os gastos primários do governo, e pela Emenda Constitucional n. 93, de 2016, que estabelece a desvinculação de 30% dos recursos que deveriam ser constitucionalmente investidos nas políticas de seguridade social e nas políticas sociais em geral, como educação, segurança e saneamento básico.

Também vale ressaltar que o conjunto CFESS/Cress possuiu um papel fundamental no que tange à realização de orientações sólidas sobre o trabalho remoto desenvolvido por assistentes sociais em tempos de isolamento social.

A organização política e o papel educativo da categoria profissional também apresentam uma ação decisiva para o seu reconhecimento enquanto intelectuais orgânicos, principalmente quando observadas as suas condições de estatuto de trabalhadores/as. A Lei n. 14.023, de 8 de julho de 2020, determina que assistentes sociais são trabalhadores/as essenciais em tempos de pandemia, cujos impactos sobre as condições de trabalho da categoria tornam-se cada vez mais evidentes (BRASIL, 2020). Estes/as profissionais possuem voz ativa sobre o atual contexto marcado pela crise sanitária, sobre a população usuária dos serviços prestados pelas políticas públicas e também no interior do seu próprio trabalho profissional.

Concomitantemente, os desafios enfrentados pela categoria profissional no contexto de pandemia impõem, ao mesmo tempo, a necessidade de reafirmação dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993, em defesa da construção e socialização da informação, em especial sobre os espaços socioterritoriais e sobre as condições objetivas de vida da população usuária.

Além disso, ainda diante do contexto de crise sanitária, econômica, política, social, cultural e ambiental, a dimensão educativa em serviço social tem deixado um importante legado a partir da construção de espaços de escuta da população usuária para que estas possam expressar a maneira como enxergam a sua própria realidade social, tomando consciência de sua própria história, além de identificar a sua capacidade representativa nos diversos espaços deliberativos.

Destarte, a dimensão educativa presente no trabalho profissional de assistentes sociais revela o compromisso de se transformar resistências isoladas em movimentos articulados de massa para o enfrentamento dos desmontes e dos ataques aos direitos historicamente conquistados, compreendendo os limites institucionais e profissionais que se fazem presentes no

interior do exercício profissional do/a assistente social. Assim, observamos que a desigualdade social está posta, mas a luta para o seu enfrentamento também. E é justamente esta articulação de luta e resistência que evidencia as possibilidades de intervenção em defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos e sociais.

### **Considerações finais**

A partir das reflexões realizadas, o cenário contemporâneo revelou um conjunto de desafios intensificados pela crise econômica, política, social, ambiental e sanitária agudizada pela pandemia de Covid-19, cujas determinações contraditórias da atual gestão genocida, negacionista e ultraconservadora influenciam o trabalho profissional de assistentes sociais enquanto intelectuais orgânicos e o processo de construção de uma nova ordem social.

No exercício das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, o/a assistente social desenvolve um trabalho eminentemente educativo, principalmente no que diz respeito à viabilização do acesso aos seus direitos fundamentais, bem como aos recursos, serviços e programas desenvolvidos no interior da profissão. Logo, a educação é apreendida como eixo de construção coletiva do conhecimento, da ação social, carregada de sentidos, interação, diálogo e significados no âmbito das práticas sociais.

De acordo com Marilda Vilela Yamamoto (2001), os/as assistentes sociais desenvolvem uma importante ação socioeducativa na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos sociais e também aos meios de exercê-los. Todas as ações realizadas atendem aos interesses dos sujeitos sociais, a fim de que adquiram visibilidade na cena pública, estimulando a organização dos diversos segmentos de trabalhadores/as.

Nesse sentido, sob a perspectiva do sistema capitalista, se a educação é apreendida como um conjunto de práticas sociais de defesa pela internacionalização de consensos para a reprodução ampliada do seu sistema, é a partir dessa mesma dinâmica que surgem direções alternativas de construção histórica de uma educação enquanto práxis revolucionária e emancipadora. Por essa razão, o exercício profissional de assistentes sociais também pode contribuir para a interação entre os sujeitos sociais, promovendo a reflexão crítica sobre as contradições da ideologia dominante e de suas práticas persuasivas, ajustadoras e imediatistas.

Ademais, é no interior do trabalho do/a assistente social, orientado pelo projeto ético-político construído coletivamente, que identificamos a capacidade histórica da classe trabalhadora em resistir aos imperativos da alienação, da fragilização e da desmobilização de seu potencial transformador.

**Referências**

- ABREU, M. M. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. Lei n. 14.023, de 8 de julho de 2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 jul. 2020.
- FALEIROS, V. P. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social e Sociedade*, v. 84, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social. *In: CFESS-Abepss-Cead/UNB. Reprodução social, trabalho e serviço social*. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: Cead, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.
- JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no serviço social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017.
- MACHADO, A. M. B. A relevância da educação popular para o serviço social. *Revista Educação Unisinos*, v. 17, n. 12, maio/ago. 2013.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no serviço social. *In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2020.